

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 29ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

2.1 – Comissões

3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

5 – ERRATA



ATAS

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 14/9/2023

Presidência do Deputado Tadeu Martins Leite e da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimentos dos deputados Thiago Cota e Ulysses Gomes; aprovação – Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25/2023; discurso do deputado Noraldino Júnior; Questões de Ordem; encerramento da discussão; chamada para a recomposição de quórum; existência de número regimental para votação; votação nominal do projeto; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.925/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.965/2021; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2021; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2022; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.509/2022; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação nominal do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação nominal da Emenda nº 1; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 253/2023; encerramento da discussão; discurso da deputada Nayara Rocha; votação nominal do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 328/2023; aprovação – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 497/2023; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.200/2021; encerramento da discussão; discurso do deputado Ulysses Gomes; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 381/2023; aprovação na forma do vencido em 1º turno – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 735/2019; apresentação do Substitutivo nº 2; Acordo de Líderes; Decisão da Presidência; encerramento da discussão; requerimento do deputado João Magalhães; aprovação; votação nominal do Substitutivo nº 2 ao vencido em 1º turno; aprovação; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.295/2023; discurso do deputado Noraldino Júnior; Questão de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Tadeu Martins Leite – Leninha – Antonio Carlos Arantes – Alencar da Silveira Jr. – João Vítor Xavier – Adriano Alvarenga – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arlen Santiago – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Bim da Ambulância – Bosco – Bruno Engler – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Cristiano Silveira – Delegado Christiano Xavier – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Fábio Avelar – Gil Pereira – Gustavo Santana – Ione Pinheiro – João Junior – João Magalhães – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Luizinho – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Rafael Martins – Raul Belém – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Thiago Cota – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme – Zé Laviola.

Abertura

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) – Às 10h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

– O deputado Noraldino Júnior, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente – Vem à Mesa requerimento do deputado Thiago Cota em que solicita a inversão da pausa desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 381/2023 seja apreciado em antepenúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado. Vem à Mesa requerimento do deputado Ulysses Gomes em que solicita a inversão da pausa desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 735/2019 seja apreciado em penúltimo lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 25/2023, da Mesa da Assembleia, que concede licença ao governador para se ausentar do Estado. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Bom dia, caros colegas deputados e deputadas da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu, nesta manhã, por respeito aos grandes heróis anônimos deste estado – são os protetores... Desde ontem, eu recebi, no meu WhatsApp, nas nossas redes sociais, milhares – não centenas, não dezenas, mas milhares – de áudios de pessoas de todo o Estado solicitando que fosse dado um recado ao governo do Estado e à Assembleia Legislativa, aos deputados. Eu tive que ouvir muitos e vou selecioná-los, durante os próximos dias da minha utilização nesta tribuna, para excluir qualquer áudio que tivesse alguma menção que não pudesse ser feita neste microfone. No dia de hoje, eu tenho aqui

algumas centenas de áudios, e eu vou trabalhar para que hoje, durante as nossas discussões, eu possa transmitir a vocês um pouco, uma parte deles que mostra o desespero de pessoas, de cidadãos e de protetores de todo o Estado.

Nós estamos aqui para discutir a autorização da viagem do governador e, com toda certeza, nós iremos aqui nos posicionar favoravelmente. Mas, antes de nos posicionar, eu queria que o governador escutasse a súplica e a situação desses protetores ao longo do Estado. No dia de hoje, eu não consegui selecionar os áudios por cidade, mas a nossa equipe os está selecionando por cidade de Minas Gerais, para que, a partir do próximo dia que eu utilizar esta tribuna, eu possa trazê-los selecionados por cidades do Estado. Aqui, utilizando essa minha 1 hora regimental, eu quero trazer aqui para vocês alguns desses áudios desses protetores do Estado, desesperados pela possibilidade de nós considerarmos ração produto supérfluo, de nós aumentarmos os impostos desses produtos. Ficam aqui alguns desses áudios. (– Aproxima o celular do microfone.)

Esta é uma pessoa cadeirante, uma pessoa com deficiência que fala que, se aumentar, não tem condições de continuar se mantendo e de manter o seu animal.(– Aproxima o celular do microfone.)

Meus caros colegas, eu quero informar a vocês que tenho aqui, somente da noite de ontem até o dia de hoje, mais de 2 mil áudios de pessoas desesperadas de todo canto do Estado. Eu pedi à minha assessoria que separasse os áudios por cidades de Minas Gerais para que eu possa trazer para vocês aqui a angústia, o desespero das pessoas no Estado de Minas Gerais em razão do absurdo desse projeto que coloca ração, comida de animais como produtos supérfluos e aumenta o imposto em um dos estados onde o imposto sobre a ração é o mais alto que existe. Imaginem a situação da cidade de Araguari diante da vizinha cidade de Goiás, com outra alíquota. As pessoas vão começar a viajar para o Estado de Goiás para comprar lá.

Deputado Arnaldo Silva, deputado João Junior, deputado Elismar Prado, quero dizer a vocês que a cidade de Uberlândia foi a campeã em súplicas aos deputados estaduais. Até agora foi a campeã em solicitações, deputado Leonídio Bouças, deputado João Junior, deputado Caporezzo, deputado Arnaldo, deputado Elismar Prado. Foram diversos, centenas de pedidos. E estão chegando mais! Eu vou separar aqui, por cidade, para que eu possa trazer, durante os próximos dias, as súplicas, o desespero desses mineiros, desses heróis para que esta Casa não cometa esse absurdo, essa atrocidade de votar aumento de ração para pet, de considerar que ração para *pet* é um produto supérfluo. Todos eles estão decepcionados porque nunca imaginariam que o governo do Estado iria mandar para esta Casa um projeto tão absurdo.

Nós temos agora projetos de deputados, projetos importantes aqui. Eu vou deixar que os projetos aqui possam tramitar, mas quero dizer a vocês que trarei, a partir do dia de hoje, as reivindicações de todos os protetores do Estado, os quais disseram que vão suplicar a cada um de vocês, através das redes sociais, através dos meios públicos, pedir um voto de confiança, um voto de justiça a fim de que esta Casa não cometa essa atrocidade, esse absurdo de referendar um projeto tão absurdo em relação ao aumento de ração.

O deputado Elismar Prado (em aparte) – Quero apenas parabenizar V. Exa., deputado Noraldino. Quero dizer que o meu posicionamento já é claro. Já votamos esta matéria em outra legislatura. Naquela ocasião, votei contra porque tenho compromisso assinado em cartório, tanto eu quanto o deputado Weliton Prado, de sempre votar contra aumento de imposto incidente sobre quaisquer serviços em Minas Gerais. Votei contra naquela oportunidade e votarei contra nesta.

De fato, a ração animal, a ração para os *pets* não pode ser transformada em produto supérfluo, porque não é supérfluo, é essencial. Eu entendo os apelos de toda Minas Gerais, como entendo os de Uberlândia, onde nós temos muitos protetores. Quero dizer aqui para eles, quero deixar o meu posicionamento de que irei acompanhar V. Exa., deputado Noraldino, na causa animal, como sempre acompanhei, e sempre ajudo a causa em muitos municípios. Em Uberlândia, por exemplo, deputado Noraldino, nós temos o serviço de castração. Fomos nós que conseguimos, através de emendas parlamentares minhas e do deputado federal Weliton Prado, os primeiros castramóveis de toda aquela região. Nós temos caminhão castramóvel em Uberlândia, e já foram realizadas milhares de castrações. Em várias cidades da região, como Ituiutaba, Coromandel, Uberlândia e tantas e tantas outras, nós sempre contribuimos

com patrocínio e indicação de recursos, inclusive para as entidades protetoras dos animais, aquelas que conseguem o certificado Caged. Contribuímos com essa causa, que é essencial.

Então quero deixar aqui o meu posicionamento a todos os protetores de Uberlândia e região, a todos os interessados nessa temática, nessa matéria que será apreciada aqui pela Casa. Vocês têm o meu apoio incondicional. Parabéns, deputado Noraldino. Repetindo, não é supérfluo, é essencial. Infelizmente, em Minas Gerais, nós pagamos a mais elevada carga tributária do mundo em serviços essenciais, como energia elétrica, como água, e em setores que não são essenciais, como a locadora de veículos, que todo mundo conhece, que recebe grandes presentes do Estado. Eu acho que existe uma injustiça tributária muito grande em Minas Gerais que precisa ser corrigida.

Quero deixar aqui claramente meu posicionamento e o meu voto em relação a essa matéria na defesa intransigente dos protetores dos animais, de todos que amam essa causa. Contem com o apoio e com o voto do deputado estadual Elismar Prado e com o apoio do deputado Weliton Prado. Parabéns, deputado Noraldino.

O deputado Noraldino Júnior – Obrigado, deputado Elismar Prado, pelo importante aparte. Eu quero dizer que nós protocolados nesta Casa um projeto de lei que considera a ração pet como produto essencial, para equiparar os impostos em relação à ração igual a todos os itens necessários. É o imposto de 12% contrário ao que o governo do Estado quer, que é elevar a 20% a carga tributária da ração pet. A partir deste dia, vou trazer aqui as reivindicações, as súplicas, os desesperos de todos os protetores, para que nós possamos trazer a esta Casa a realidade de todas as pessoas que têm animais em casa e protetores que fazem a função, que é do poder público: cuidar dos animais. Eles não têm voz, mas nós falamos por eles. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Questões de Ordem

O deputado João Vítor Xavier – Presidente, eu peço essa questão de ordem para trazer um assunto que eu acho importante que seja discutido pela Casa. Levarei esse assunto também para a próxima reunião de Mesa. Foi aberto hoje um precedente muito grave. Nós tivemos aqui um discurso de meia hora de um deputado que praticamente não falou. Ele trouxe apenas mídias digitais de pessoas, e o espaço é para a fala e para manifestação do deputado. Se o deputado quiser ler continuamente sobre um assunto, entendo ser um direito dele, mas eu acho que nós temos que discutir se esta Casa, a partir de agora, vai permitir isso porque, daqui a pouco, alguém vai chegar aqui e vai colocar uma música para tocar, vai colocar aqui uma reprodução de um filme. E aí, cada um vai fazer seu juízo de valor daquilo que é importante, daquilo que deve ou não ser feito, vai buscar a retórica que o sustente para legal ou regimentalmente fazer aquilo. Ora, isso aqui é um espaço para fala do deputado, para manifestação do parlamentar. Você utilizar esse espaço para expressar algum trecho – um minuto só, por gentileza, esperei por meia hora V. Exa. falar, então, por favor, respeite –, para ilustrar, para orientar, *O.K.* Agora, você transformar um discurso de uma hora com um método de obstrução, trazendo repetidas falas de pessoas, presidente? Entendo que isso é antirregimental, isso fere o regimento da Casa e pode ser aberto um precedente muito grave, em especial, se for feito da maneira que o deputado Noraldino fez por um motivo simples: ele não discutiu em nenhum momento o assunto que estava em pauta. O assunto em pauta era a viagem do governador e foi discutido aqui. Eu não discuto o mérito da questão da ração, do imposto, se vai ter imposto ou se não, se é legítimo ou não o direito das pessoas se manifestarem a respeito disso, mas não dessa maneira. Há um regimento na Casa que diz que a manifestação deve ser exclusivamente para discussão sobre o tema pertinente, sobre o tema em pauta. Porém não foi discutido o tema pertinente, não foi discutido o tema em Pauta. Nós estamos abrindo um precedente na Casa para que se transforme em um mecanismo de obstrução a fala de pessoas que não estão aqui nesta Casa, que foram escolhidas para serem representadas, mas não para serem usadas, através de mecanismos eletrônicos, como fonte de repetição neste Plenário. Entendo, presidente, que é muito grave o que está acontecendo e acho que nós precisamos nos manifestar como Mesa da Casa nem que, caso haja um entendimento de que, regimentalmente, ache uma brecha para isso, mudando o regimento da Casa, porque o que está acontecendo aqui hoje é muito grave. Se o deputado Noraldino quiser fazer obstrução – e esse é um direito dele legítimo, mas que ele faça de uma maneira que contemple o regimento da Casa –, primeiro, se atendo à discussão do

tema, que é o tema pertinente a ser votado, mas foram 30 minutos de obstrução sem discutir a viagem do governador. Então que se discuta a viagem do governador. Depois há um projeto de lei da deputada Lohanna, então que se discuta o projeto de lei da deputada Lohanna; há um projeto de lei da deputada Macaé, então que se discuta o projeto de lei da deputada Macaé, mas não com malabarismo tecnológico para parar uma Casa. Espere aí, nós temos projetos importantes para serem votados aqui. Direito de obstrução é um direito sagrado do Parlamento, mas não fazendo o que nós vimos aqui, hoje. Eu entendo, presidente, que isso não contempla o nosso regimento, e que está sendo aberto aqui um precedente muito grave para o futuro desta Casa. Se isso que está acontecendo aqui, hoje for pacificado como uma jurisprudência doravante nesta Casa, nós não teremos mais reunião aqui. Porque quem quiser obstruir vai chegar aqui e vai colocar Faroeste Caboclo para tocar e vai tomar 9 minutos repetidas vezes. E aí vai vir com o discurso de que aquilo ali é uma defesa teórica de alguma coisa, sei lá da onde. Porque o que está sendo dito não é o mais importante, a maneira como está sendo colocada, além da questão regimental de que o processo de discussão tem que se ater ao tema do projeto. O projeto era o afastamento do governador para uma viagem, o projeto não era o projeto de lei que trata do aumento de imposto. Na hora de tratar o aumento de imposto discuta o aumento de imposto. Então vamos rediscutir, é uma solicitação que faço, presidente, como membro da Mesa, nessa questão ordem, para que isso seja discutido pela Mesa, a fim de que esta Casa não se torne refém, Deus lá sabe do que. Acredito que a intenção do deputado Noraldino não é das melhores. Quero crer nisso, tenho certeza disso, mas nem sempre é assim que acontece aqui.

O presidente – Muito obrigado, deputado João Vítor Xavier. Tenho certeza de que esse assunto estará na nossa próxima reunião de Mesa. Com a palavra, pela ordem, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, primeiro quero agradecer as palavras do deputado João Vítor Xavier. Acho que é um momento mesmo de reflexão, deputado João Vítor Xavier. Desculpe-me, mas eu também não vi V. Exa. comentar a fala de diversos deputados aqui, porque isto acontece frequentemente nesta tribuna: deputados sobem nessa tribuna, aproveitam o seu tempo regimental e tocam em outro assunto, que não é o projeto de lei. Isso é frequente, todo dia acontece isso nesta Casa. E todos os dias, deputado João Vítor Xavier, eu vejo um deputado vir aqui trazendo um áudio em relação à manifestação das pessoas ou áudio de gravação de alguém, por exemplo, ontem foi trazido do governador. Hoje eu trouxe os das pessoas. Nós estávamos discutindo a viagem do governador, e eu disse: “O.k., nós estamos aqui discutindo a viagem do governador, mas, antes de refletirmos sobre essa viagem, eu queria que o governador escutasse a angústia dos cidadãos mineiros”. O que eu quero dizer, deputado João Vítor, é que eu tenho aqui respeito por todos os colegas. Eu nunca subi a esta tribuna para desrespeitar nem um colega. E V. Exa. não foi desrespeitoso, V. Exa. trouxe uma reflexão. Mas eu quero dizer a V. Exa. que essa realidade acontece frequentemente em todos os momentos; em todos os momentos, um deputado sobe, fala um pouco do projeto e amplia a discussão. Eu acho que, quando se faz justiça, e é justiça mesmo, nós temos que fazer justiça em relação a todos. Foi a primeira vez. Eu uso pouco a tribuna, mas esse absurdo desse projeto me faz usar todos os mecanismos possíveis. Eu pedi a toda a minha assessoria jurídica e não encontrei nenhuma resistência no Regimento Interno para que eu desse voz a todos os cidadãos que têm angústia em relação a esse projeto. Posso, deputado – não tem problema nenhum – fazer uma descrição de todas as angústias de todos os deputados e me adaptar ao tema que vai estar sendo discutido. Não discutir aqui um tema em relação a alguma coisa, e eu vou comparar: “É, mas olhe a questão das razões.” E leio mais um, leio mais um. Mas o que eu quero dizer a V. Exa. é que eu me senti injustiçado, deputado João Vítor, porque essa é a frequência de fala de todos os deputados. Pode olhar, V. Exa. pode olhar todas as reuniões anteriores: são dezenas e dezenas de deputados que usam o seu tempo regimental para tocar no assunto da discussão e trazer reflexões sobre outros projetos. Aconteceu ontem, aconteceu esta semana, aconteceu este mês e vem acontecendo durante todos esses anos. Então são essas as colocações e eu peço a compreensão de todos os deputados. Eu não venho aqui e não prejudico nem um deputado. Nunca fiz isso, nunca fiz nem uma ação para denegrir deputado A, denegrir deputado B. Sempre busco aqui minha coerência e faço o que o Regimento Interno prevê. Muito obrigado.

O presidente – Obrigado, deputado Noraldino. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência solicita ao secretário que faça a chamada das deputadas e dos deputados para a iniciarmos o processo de votação.

O secretário (deputado João Vítor Xavier) – (– Faz a chamada.)

O presidente – Responderam à chamada 40 deputados, número suficiente para votação. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Charles Santos e Coronel Sandro. Portanto, votaram “sim” 31 deputados, que, somados à presença da presidência, das deputadas Leninha, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Macaé Evaristo e dos deputados Leleco Pimentel e Ulysses Gomes, totalizam 39 parlamentares. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Fábio Avelar (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Lohanna (PV)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PSC)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.925/2021, do deputado Carlos Henrique, que altera a Lei nº 20.618, de 11/1/2013, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda – Ceter. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 40 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.925/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Macaé Evaristo (PT)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.965/2021, do deputado Roberto Andrade, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 39 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.965/2021 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Fábio Avelar (AVANTE)

Gil Pereira (PSD)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Macaé Evaristo (PT)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PSC)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.008/2021, do deputado Charles Santos, que determina a veiculação de propagandas educativas contra a violência autoprovocada em eventos culturais e esportivos realizados no Estado. A Comissão de Desenvolvimento Econômico opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 42 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.088/2021 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Coronel Sandro (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

João Vítor Xavier (CIDADANIA)

Leleco Pimentel (PT)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Macaé Evaristo (PT)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PSC)

Marquinho Lemos (PT)

Nayara Rocha (PP)

Neilando Pimenta (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.195/2021, do deputado Doutor Jean Freire, que reconhece como de relevante interesse cultural do Estado o Coral das Lavadeiras de Almenara. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Coronel Henrique. Portanto, votaram “sim” 43 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.195/2021 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Ulysses Gomes (PT)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2022, da deputada Beatriz Cerqueira, que dispõe sobre a vedação ao emprego de técnicas de arquitetura hostil em espaços livres de uso público no Estado. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Alencar da Silveira Jr. e Bosco. Portanto, votaram “sim” 38 deputados. Votou “não” 1 deputado. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.449/2022 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Cassio Soares (PSD)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Zé Laviola (NOVO)

– Registrou “não”:

Caporezzo (PL)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.509/2022, do deputado Bosco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapagipe os imóveis que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa a Emenda nº 1, que foi publicada na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Bosco, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetida a votação independentemente de parecer. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto, salvo emenda.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 46 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto, salvo emenda.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PSC)

Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Thiago Cota (PDT)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton. Portanto, votaram “sim” 44 deputados; não houve voto contrário. Está aprovada a emenda. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.509/2022 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 253/2023, da deputada Nayara Rocha, que dispõe sobre a criação do selo Empresa Amiga dos Autistas e Portadores de TDAH e dá outras providências. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a deputada Nayara Rocha.

A deputada Nayara Rocha – Bom dia a todos e a todas. É uma alegria muito grande ter hoje esse projeto pautado em 2º turno, um projeto que visa à criação do Selo Empresa Amiga dos Autistas e Portadores de TDAH.

Ontem eu fui questionada, neste Plenário, por uma nobre deputada que queria saber se eu defendo essa causa das pessoas com autismo ou com qualquer outro tipo de transtorno porque tenho, na minha família, pessoas diagnosticadas, ou se a minha filha também tem autismo. Não, gente, na minha família, não há nenhum caso de pessoas com autismo e com deficiência. A minha causa é a causa de todas as mães que eu acompanhei durante a minha jornada enquanto secretária de Desenvolvimento Social na cidade de Vespasiano: mães atípicas e famílias atípicas que vivem e que sofrem no dia a dia por terem seus direitos cerceados. Elas dificilmente conseguem um horário com psicólogo, com terapeuta ocupacional, com fisioterapeuta. É raro um município, em Minas Gerais, que possui uma neuropediatra ou um neuropediatra para fazer o diagnóstico precoce.

Então a minha causa é a causa das famílias; é a causa de pessoas que, muitas vezes, são invisíveis perante a sociedade, e esse projeto de lei busca justamente incentivar a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, oportunizando que elas tenham direitos iguais aos de todas as pessoas. É por isso que encaminho pedindo aos nobres deputados e deputadas que votem “sim” a esse projeto que, tenho certeza, vai ser um divisor de águas na vida das pessoas com autismo, com TDAH e também na vida das famílias atípicas. Muito obrigada, presidente.

O presidente – Obrigado, deputada Nayara, e parabéns pelo importante projeto. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 1.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Gustavo Santana. Portanto, votaram “sim” 51 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o substitutivo. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 253/2023 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Nayara Rocha (PP)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Rafael Martins (PSD)
Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 328/2023, do deputado Ricardo Campos, que altera a Lei nº 23.574, de 15/1/2020, que cria o Programa Usuário Ativo: Informação, Segurança e Economia – Uaise –, de incentivo à participação dos usuários no fornecimento de informações direcionadas ao aperfeiçoamento da manutenção da malha rodoviária sob responsabilidade do Estado e dá outras providências. A Comissão de Transporte opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” das deputadas Ana Paula Siqueira, Bella Gonçalves e Chiara Biondini e dos deputados Alencar da Silveira Jr., Cristiano Silveira, Gustavo Santana, Noraldino Júnior, Roberto Andrade, Tito Torres e Vitório Júnior. Portanto, votaram “sim” 46 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arlen Santiago (AVANTE)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Doutor Jean Freire (PT)

Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Neilando Pimenta (PSB)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 497/2023, do deputado Alencar da Silveira Jr., que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Acima o imóvel que especifica. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 44 deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o projeto. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 497/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arlen Santiago (AVANTE)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bosco (CIDADANIA)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PSC)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Tito Torres (PSD)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.200/2021, da deputada Leninha, que institui a Política Estadual para a População Migrante de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Direitos Humanos. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes – Presidente, encaminho o voto “sim”.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registrem-se os votos “sim” dos deputados Cristiano Silveira e Noraldino Júnior. Portanto, votaram “sim” 41 deputados; não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.200/2021 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão de Direitos Humanos.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Andréia de Jesus (PT)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Coronel Henrique (PL)

Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Elismar Prado (PROS)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Maria Clara Marra (PSDB)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)
Oscar Teixeira (PP)
Professor Cleiton (PV)
Ricardo Campos (PT)
Roberto Andrade (PATRIOTA)
Thiago Cota (PDT)
Tito Torres (PSD)
Ulysses Gomes (PT)
Vitório Júnior (PP)
Zé Guilherme (PP)
Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 381/2023, do deputado Thiago Cota, que declara patrimônio histórico, cultural e imaterial do Estado a Aldravia, primeira forma de poesia brasileira, criada no Município de Mariana. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o projeto.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Votaram “sim” 45 deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 381/2023 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Adriano Alvarenga (PP)
Alencar da Silveira Jr. (PDT)
Ana Paula Siqueira (REDE)
Andréia de Jesus (PT)
Arlen Santiago (AVANTE)
Arnaldo Silva (UNIÃO)
Beatriz Cerqueira (PT)
Bella Gonçalves (PSOL)
Bim da Ambulância (AVANTE)
Bruno Engler (PL)
Caporezzo (PL)
Carlos Henrique (REPUBLICANOS)
Cassio Soares (PSD)
Celinho Sintrocel (PCdoB)
Charles Santos (REPUBLICANOS)
Chiara Biondini (PP)
Coronel Henrique (PL)
Cristiano Silveira (PT)
Delegado Christiano Xavier (PSD)
Doutor Jean Freire (PT)
Eduardo Azevedo (PSC)
Gil Pereira (PSD)
Gustavo Santana (PL)
João Junior (PMN)
João Magalhães (MDB)
João Vítor Xavier (CIDADANIA)
Leleco Pimentel (PT)
Leninha (PT)
Lohanna (PV)
Lucas Lasmar (REDE)
Macaé Evaristo (PT)
Mário Henrique Caixa (PV)
Marli Ribeiro (PSC)
Marquinho Lemos (PT)
Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Ricardo Campos (PT)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Thiago Cota (PDT)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

O presidente – Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 735/2019, do deputado Bruno Engler, que acrescenta parágrafo único ao art. 76 da Lei nº 11.404, de 25/1/1994. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

– Vem à Mesa o Substitutivo nº 2, acompanhado de acordo de líderes, o qual foi acolhido por decisão da presidência, que foram publicados na edição anterior.

O presidente – Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado Bruno Engler, que recebeu o nº 2, e que, por conter matéria nova, veio acompanhado de acordo de líderes, que foi acolhido pela presidência, a qual determinou o seu cumprimento, e, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetido à votação independentemente de parecer.

Vem à Mesa requerimento do deputado João Magalhães em que solicita a inversão da preferência na votação, de modo que o Substitutivo nº 2 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal. Em votação, o Substitutivo nº 2.

– Procede-se à votação por meio eletrônico.

O presidente – Registre-se o voto “sim” do deputado Lucas Lasmar. Portanto, votaram “sim” 35 deputados; votaram “não” 7 deputados, totalizando 42 votos. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 735/2019 na forma do Substitutivo nº 2 ao vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

– Registraram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. (PDT)

Ana Paula Siqueira (REDE)

Arlen Santiago (AVANTE)

Arnaldo Silva (UNIÃO)

Bim da Ambulância (AVANTE)

Bosco (CIDADANIA)

Bruno Engler (PL)

Caporezzo (PL)

Carlos Henrique (REPUBLICANOS)

Cassio Soares (PSD)

Celinho Sintrocel (PCdoB)

Charles Santos (REPUBLICANOS)

Chiara Biondini (PP)

Coronel Henrique (PL)

Delegado Christiano Xavier (PSD)

Eduardo Azevedo (PSC)

Gil Pereira (PSD)

Gustavo Santana (PL)

João Junior (PMN)

João Magalhães (MDB)

Leninha (PT)

Lohanna (PV)

Lucas Lasmar (REDE)

Mário Henrique Caixa (PV)

Marli Ribeiro (PSC)

Neilando Pimenta (PSB)

Noraldino Júnior (PSB)

Oscar Teixeira (PP)

Professor Cleiton (PV)

Rafael Martins (PSD)

Roberto Andrade (PATRIOTA)

Ulysses Gomes (PT)

Vitório Júnior (PP)

Zé Guilherme (PP)

Zé Laviola (NOVO)

– Registraram “não”:

Andréia de Jesus (PT)

Beatriz Cerqueira (PT)

Bella Gonçalves (PSOL)

Doutor Jean Freire (PT)

Leleco Pimentel (PT)

Macaé Evaristo (PT)

Ricardo Campos (PT)

O presidente – Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.295/2023, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto.

A presidenta (deputada Leninha) – Com a palavra, para discutir, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior – Senhores deputados e deputadas, eu trago aqui a continuidade dos áudios dos protetores do Estado de Minas Gerais em relação à proposta do governador de aumentar a alíquota da ração, elevando a 20% a alíquota da ração e considerando ração para pet, o alimento para os *pets*... Todos vocês que estão aí nas suas casas atentem-se a esse projeto que está para ser votado nesta Casa, porque esse projeto, do governador do Estado de Minas Gerais, vai fazer com que a alíquota da ração em Minas Gerais seja elevada a 20%, ocasionando um aumento no custo da ração, para todos vocês que estão nas suas casas e que tenham amigo de quatro patas, um filho de quatro patas, nas suas casas.

Além disso o governo, nesse projeto, traz uma declaração, uma afirmação covarde. O governo traz a mensagem para que todos os deputados que estão aqui a referendem. Para todos os deputados que vão votar “sim” aqui nesse absurdo será uma afirmação... O governador está jogando a responsabilidade sobre esta Casa Legislativa. Cada um dos deputados que está aqui, que apertar o “sim” vai dar uma mensagem a todos vocês que estão em casa, falando o seguinte: a ração do seu animal é supérflua. Vai dar essa mensagem a todos os protetores que estão em casa, sofrendo, lutando nesta hora aqui, no seu dia a dia, lutando para conseguir dar o de comer para os seus animais. Nós estaremos votando o seguinte: o que você está fazendo, a comida do seu animal, do seu filho de quatro patas, é supérflua. Nós estaremos dando essa mensagem, quem apertar o sim aqui, para todas as pessoas que têm dez, quinze, vinte animais tirados de situação de rua, para todos as pessoas que cuidam dos animais, que têm sob sua responsabilidade dez, vinte, trinta, cinquenta, cem, quinhentos animais, que já na suportam mais financeiramente, estruturalmente... Nós vamos falar para eles o seguinte: a ração, o alimento de seus animais é supérfluo.

Supérfluo é o excesso, supérfluo é o desnecessário. Deputados e deputadas que vão votar aqui, muito juízo, muita responsabilidade nessa hora. Eu digo que vocês estarão dando um recado a toda sociedade brasileira. No mínimo 30% da sociedade mineira... Estudos do IBGE mostram que 30% da sociedade de Minas Gerais têm animais em casa, 30% têm pet em casa, não são só os protetores. O impacto que vai ser dado aos protetores é drástico, é lamentável. Usava da tribuna e trouxe aqui... Ontem fiz a postagem simples, à noite, pedindo para todas as pessoas que não concordam com esse absurdo, para todas as pessoas que não concordam com essa, não tenho palavras para descrever, com esse projeto, para que mandassem um áudio. Deputado Charles Santos, só agora, chegaram mais de 2.800 áudios. Imagina: uma pessoa, quando para e grava um áudio, está desesperada, está triste, está aborrecida, está angustiada, deputado Mário Henrique Caixa. Está desesperada porque está para acontecer, dentro desta Casa legislativa, uma declaração, o referendo a uma declaração do governador de que ração é supérflua.

E aí não são só os protetores. Eu digo o seguinte: dentro de todos nós, dentro da área de atividade de todos nós, temos pessoas que têm animais em casa. Deputado Carlos Henrique, quantas pessoas, na Igreja Universal tão respeitada, quantas pessoas têm lá que se sacrificam, que têm um animal em casa e que se sacrificam de forma significativa, deputado Charles Santos? São membros da igreja, mas têm um animal em casa. Têm dois, têm dez, e não conseguem pagar a ração. E nós vamos falar que a ração é supérflua? Nós vamos falar que esse material, que esse produto, que esse alimento é supérfluo?

Então eu trouxe para esta Casa legislativa alguns desses áudios. Eu trouxe aqui um áudio de extrema relevância. Começo pela Cidade de Araguari, na ordem alfabética. Vocês vão ver aqui. Não vai dar tempo de eu usar a minha 1 hora de fala aqui somente para demonstrar a angústia dos cidadãos de Araguari, mas aqui vai parte dessas informações, dessas súplicas da população de Araguari, deputado Raul Belém, deputado Doorgal Andrada. São partes dessa população. (– Aproxima o celular do microfone.)

Esse é o primeiro áudio. Deputado Gil Pereira, deputado Arlen Santiago, deputado presidente e deputada Leninha, as cidades do Norte de Minas – apesar de não serem as maiores cidades – ficaram em terceiro lugar de ontem para hoje no envio de áudio de desespero das pessoas das cidades para que esse projeto seja rejeitado aqui.

Deputado Tito Torres, vou conceder um aparte a V. Exa. Agora, imagine considerar supérfluo o alimento, a comida, a ração, que é o principal alimento do gato e do cachorro. Eu acho que foi até hoje a mensagem mais covarde que o governo do Estado enviou para esta Casa, a maior covardia. E é um recado muito grave porque imagine se outros governadores veem essa matéria sendo aprovada aqui e copiam a iniciativa do governo do Estado para colocar em outros estados a ração como produto supérfluo e aumentar a alíquota do ICMS. É supérfluo dar comida ao seu filho de quatro patas? Nós estamos falando de uma realidade hoje de família multiespécie, onde os animais fazem parte do seio familiar. É uma grande covardia.

Concedo um aparte a V. Exa., nosso presidente da Comissão de Meio Ambiente, que tem conduzido, de forma brilhante, essa comissão.

O deputado Tito Torres (em aparte) – Muito obrigado, deputado Noraldino. Quero lhe agradecer e parabenizá-lo pelo discurso, pela luta, pela causa que você defende nesta Casa. Eu sou pai de pet, não tenho filhos biológicos, mas tenho a Pretinha. As pessoas que me acompanham na rede social a conhecem. Ela foi adotada pela minha esposa depois de ter sido encontrada atropelada na rua. Conseguimos, graças a Deus, socorrê-la e hoje ela está lá com a gente.

Então, sem sombra de dúvida, é um equívoco muito grande do governo entender ração de pet como supérfluo. Realmente os pets são entes da família. A cada dia que passa a gente vê as pessoas se conscientizando da importância dos animais e o trabalho que você faz junto com os protetores de Minas Gerais, acolhendo esses animais, depois fazendo a doação e acompanhando essas doações desses animais para saber se as pessoas que os receberam estão cuidando. É louvável a sua luta.

Há uma outra luta que V. Exa. tem travado aqui, ao longo dos anos, à frente da Comissão de Meio Ambiente e que nos preocupa muito. Você já fez um pronunciamento sobre isso ontem em relação a possível paralisação do Sisema nos próximos dias. Todos do Sisema estão mobilizados querendo entrar em greve. É uma greve justa porque nós temos uma decisão judicial, desde 2016, para recomposição de cargos e salários desses servidores, e o governo do Estado vem só protelando e entrando com recurso. Houve uma decisão – ontem ou hoje, se eu não me engano – do Tribunal de Justiça para criação de um plano de trabalho, para discussão desses cargos e salários, mas a gente precisa realmente tratar com mais seriedade o plano de carreira do Sisema. Nós temos essa decisão favorável, que impacta em R\$94.000.000,00 anuais na folha do Estado.

E o que o Sisema hoje faz por Minas Gerais? É onde se traz as empresas para Minas Gerais, é onde há o licenciamento, é onde há a fiscalização, é onde há as autuações. É o Sisema hoje que coloca no caixa do Estado mais de R\$1.000.000.000,00 anuais, e nós estamos falando aqui de R\$94.000.000,00. De tudo que é produzido pelo Sisema hoje... E aqui faço a defesa da secretária Marília, que vem lutando e brigando para que o governo do Estado reconheça e dê a valorização dos servidores. Enquanto o governador fala que traz os investimentos para Minas Gerais, que está gerando emprego, está gerando renda, na verdade, nada disso é possível sem que o Sisema dê aval.

E nós precisamos ter o mínimo de reconhecimento a esses servidores; não são muitos servidores, acredito que sejam menos de 2 mil servidores que estão clamando por seus direitos. Não estão querendo nada mais do que aquilo que lhes é de direito. E nós temos hoje uma decisão judicial. A gente espera sensibilidade da secretária Luísa Barreto, do secretário de Estado Gustavo Valadares e do governador para que a gente possa, o mais rápido possível, sentar à mesa e realmente não ficar só discutindo, porque, daqui a pouco, nós vamos deixar para discutir só no ano que vem, pois se vai criar um grupo de trabalho para fazer reunião, para falar isso, para falar aquilo, e nada se decide.

Então a gente precisa realmente do posicionamento do governador Romeu Zema e do vice-governador Mateus Simões. A secretária Marília – eu não tenho dúvidas – já colocou para o governador e para os demais secretários que isso é importantíssimo para

que não tenhamos essa paralisação do Sisema que vai prejudicar... Eu não tenho dúvida de que serão muitos bilhões que nós teremos de prejuízo para Minas Gerais por falta de licenciamento, por falta de fiscalização, por falta de autos de infração.

Então quero corroborar suas palavras que ouvi ontem em relação à importância desses servidores. Realmente, a gente precisa fazer a diferença em Minas Gerais e valorizar os servidores do Sisema. Parabéns por sua luta. Conte sempre com o meu apoio.

O deputado Noraldino Júnior – Quero agradecer o aparte do deputado Tito Torres, meu presidente. Quero lhe falar, deputado Tito Torres, que eu tenho muito orgulho de estar sendo presidido por V. Exa., que tem tido uma postura extremamente coerente, extremamente imparcial e extremamente justa nessa comissão. E as colocações que V. Exa. traz aqui refletem sua atuação desde o início da comissão. E a preocupação de V. Exa. com os servidores do Sisema é uma preocupação justa. Infelizmente, é uma categoria tão importante, mas tão esquecida pelo governo.

Deputado Tito Torres, não foi uma, foram inúmeras reuniões que nós tivemos, não com a Secretaria de Meio Ambiente, porque a Secretaria de Meio Ambiente sempre colocou a sua posição, mas isso não depende da Secretaria de Meio Ambiente, que fica de braços e mãos atadas. Depende, sim, de a Secretaria de Planejamento, de a Receita, de a Secretaria de Finanças, de o governo dar uma declaração, deputado Tito Torres.

Nós reconhecemos a importância dos servidores do Sisema para o Estado. Até hoje todas as demonstrações foram de pouco caso, foram de desvalorização. Então V. Exa. traz aqui uma fala importante, reflexo do trabalho de V. Exa., desde o início da presidência dessa comissão. V. Exa. tem total apoio deste parlamentar, e tenho certeza de que tem o apoio de todos os membros da comissão, para que, juntos, possamos levar justiça a essa categoria tão injustiçada. O governo nem sequer, deputado Tito Torres, parou para fazer a comparação da realidade financeira desses servidores com a dos servidores de outros estados. Sabem o que governo quer? Cobrar resultado, cobrar resultado, e não dá ferramentas para que a secretária e os servidores possam demonstrar resultados. Trata-se de uma secretaria que, a cada dia, vem se esvaziando, enquanto a demanda vem aumentando. As secretarias vêm fazendo de tudo, e os servidores, juntamente com a secretária, vêm-se esforçando muito, mesmo com todas as dificuldades, para fazer entregas importantes para o Estado. E, até hoje, o Estado não reconheceu.

Então eu falava – e V. Exa. também já falou isto: “Será que o governo do Estado vai esperar os servidores do meio ambiente entrarem em greve, vai esperar paralisar tudo?”. Onde está o Estado que valoriza e procura investimento para Minas Gerais, que valoriza a atração de investimento de empresa, de renda? Como vai atrair investimento em renda sem os servidores do meio ambiente, que estão lá licenciando e, muitas das vezes, deputado Tito Torres, fazem o que é justo? E sabe o que acontece? São denunciados porque, às vezes, não concordam com o licenciamento, com o licenciamento de um empreendimento A, B ou C. Mas o servidor não está lá para analisar se concorda ou não. Nós é que estabelecemos as regras, a legislação, e o servidor tem que fazer a análise de acordo com a legislação. E quantas e quantas vezes o servidor ficou vulnerável, por denúncias e mais denúncias?

Então, presidente, V. Exa. tem aqui o orgulho deste membro da comissão de ser presidido por V. Exa., o apoio deste membro. V. Exa. traz aqui um assunto extremamente importante. É necessário, sim, nós fazermos essa audiência pública e exigir que eles estejam aqui. É preciso que quem tem o poder de decisão venha aqui e dê uma demonstração clara para que nós possamos evitar essa greve, essa possível greve. Os servidores já demonstraram que não querem entrar em greve, mas o governo está empurrando. “Vá, entre em greve, entre em greve porque não tem jeito.” Ambiente para resolver, o governo já teve e tem agora. Então V. Exa. está de parabéns. Eu encabeço junto com V. Exa. essa grande luta. Parabéns pelo trabalho de V. Exa.

Concedo aparte ao deputado Ulysses Gomes, que está preocupado e quer que essa discussão, que essa quantidade de discussão sobre o ICMS da razão seja feita com a presença de todos os parlamentares. Parabenizo V. Exa. por essa preocupação, deputado Ulysses Gomes.

O deputado Ulysses Gomes (em aparte) – Obrigado, deputado Noraldino, pelo aparte. Eu queria parabenizar V. Exa. por essa luta. Sem dúvida nenhuma, é importante registrar que esse debate não se restringe a essa questão. No entanto, a questão que V.

Exa. traz é significativa, merece desta Casa um amplo debate, merece do governador, que apresentou esse projeto, uma atenção especial, porque são temas distintos. Então a gente não pode – sobretudo aqueles e aquelas que, como V. Exa., apoiam a causa, assim como eu e muitos deputados que apoiam a causa e reconhecem na causa animal uma defesa de política pública e investimento importante – achar que esse projeto também não tem a sua importância.

Eu queria só partilhar isso com V. Exa. porque sei que, quando V. Exa. se posiciona, muitos militantes da causa param para ouvi-lo. Então uma bandeira também importante em relação a esse tema seria – se o governador tivesse interesse – debater a importância de um fundo de erradicação da miséria num contexto mais amplo. Mas o governador está minimizando isso, porque ele deixa de apresentar ações para um fundo importante, para programas e ações sociais que, efetivamente, combatam a miséria e possam erradicar a miséria no Estado. Ele faz isso por outro viés; ele usa de um fundo que tem uma importância, uma característica significativa para o Estado, não investe e não apresenta programa para isso, mas quer aumentar imposto sobre produtos que não merecem estar nesse pacote, como, no caso, as rações para animais.

O deputado Noraldino Júnior – E traz a miséria, não é?

O deputado Ulysses Gomes (em aparte) – Também. Então eu acho que há uma contradição muito grande. E nós não podemos deixar de fazer esse registro, essa crítica ao governo, que, primeiro, traz para esta Casa uma contradição enorme: um governador que atacou, prometeu e se comprometeu, defende a si e o seu partido como sendo contra aumento de imposto, mas está aumentando imposto. Então ele traz uma contradição muito grande e, dentro de sua contradição, uma injustiça muito grande, porque é uma injustiça em relação àquilo que o projeto em si deveria debater, que é o combate à erradicação da miséria, e uma injustiça com os assuntos que ele coloca ali dentro, porque ele quer taxar alimentação, através da ração de animais, ele quer taxar bebidas, ele quer taxar suplementos alimentares.

Então é uma taxação injusta nesse aspecto, e ele não debate o combate à miséria, que seria o assunto primordial: fazer com que esta Casa se debruce sobre ações e políticas que o governo não tem feito de combate à erradicação da miséria e, para isso, quem sabe, pensar em alternativas de arrecadação para que o Estado enfrente esse problema.

Então, a contradição, deputado, as contradições são enormes: no campo político, no campo econômico, no campo da legislação; há contradição nos temas que o governador traz, e V. Exa. destaca esse assunto na questão da taxação e do aumento das ações de forma eficaz. É grave, e esta Casa terá que se debruçar nisso.

Mas, exatamente pela importância do tema, eu acho que não compensa, deputado – e eu queria propor a V. Exa. –, continuar no debate com o esvaziamento do Plenário. Acho que é um debate sobre o qual a Assembleia tem que se debruçar. Eu teria duas propostas para V. Exa. Uma delas é provocar o governo a votar este projeto aqui. Eu teria disposição, junto com os companheiros do nosso bloco, de tirar as emendas para a gente votar. Se o governo tiver certeza de que aprova este projeto, nós podemos voltar todo mundo aqui para o Plenário e votá-lo para, quem sabe, derrubá-lo, como é o interesse de V. Exa. e o nosso, porque, da forma como está, ele não merece avançar nesta Casa. Nós poderíamos já, em 1º turno, derrubar este projeto.

O deputado Noraldino Júnior – Eu acredito, deputado – quero só fazer uma colocação –, que o governo não vai concordar com a proposta de V. Exa. porque, deputado, eu tenho certeza de que, se esse projeto for votado hoje, a chance... A incerteza da sua aprovação é muito grande. E, principalmente, isso tem se intensificado devido à mobilização dos protetores de todo o Estado de Minas Gerais. Então, eu acredito que o governo não vai concordar com V. Exa. em colocar para apreciar porque existe um risco; e, a cada dia mais, crescendo esta mobilização, o risco vai aumentar. Então, eu acho que V. Exa. tem duas propostas que são legítimas, mas acredito eu que o governo não vai aceitar. Eu...

Questão de Ordem

O deputado Ulysses Gomes – Deputado Noraldino Júnior, como V. Exa. ainda tem 35 minutos, talvez V. Exa. possa solicitar, então, o encerramento de plano para continuar na próxima sessão este importante debate que V. Exa. traz aqui. Fica a sugestão do pedido de encerramento de plano por falta de quórum.

O deputado Noraldino Júnior – Eu vou atender à sugestão de V. Exa., deputado Ulysses Gomes, e eu quero dizer a V. Exa. que esse projeto é muito sensível. Eu moro na cidade de Juiz de Fora, que carece de investimentos e de atenção tanto do governo do Estado quanto do governo municipal e do governo federal com relação ao desenvolvimento. A Zona da Mata tem sido a região menos prestigiada durante muito tempo, e agora a cidade de Juiz de Fora, que é um polo de cervejarias artesanais... Nós estaremos aqui também votando, sacrificando inúmeros produtores, inúmeros empresários, que já estão sacrificados, já estão enfrentando todas as dificuldades para seguir com o seu negócio e manter Juiz de Fora como referência nesse importante segmento.

Então, eu acato a sugestão de V. Exa. de pedir o encerramento de plano desta reunião para que eu possa continuar utilizando desta tribuna na próxima reunião. Antes, porém, concedo um aparte ao deputado Professor Cleiton.

O deputado Professor Cleiton (em aparte) – Antes do encerramento, deputado, primeiro, quero parabenizar V. Exa. pelo posicionamento, e sei que não seria diferente, considerando a causa tão nobre que V. Exa. defende aqui, nesta Casa. Mas eu gostaria só de fazer aqui, deputado Noraldino, uma pergunta porque circulou e circula pelas redes sociais um vídeo do governador Romeu Zema dizendo que ele não optaria jamais pelo aumento dos impostos. Mas até agora a gente não viu da parte dele nenhuma manifestação acerca de ele ter mudado de opinião e por que mudou. Então eu gostaria de solicitar aos deputados da base que ligassem para o governador Romeu Zema lá, na Itália – da Itália, parece que ele vai para a Áustria e, da Áustria, para os Estados Unidos –, pedindo para que ele se manifestasse, pedindo para que ele publicasse nas suas redes sociais algum vídeo ou fizesse uma dancinha no TikTok para dizer: “Olha, eu mudei de opinião. Eu disse” – deputada Leninha – “no passado que eu era contra o aumento de impostos, mas agora eu sou a favor”. Até agora a gente não viu a manifestação dele, a justificativa do governador. Então, eu quero solicitar aos deputados que têm contato com o governador que liguem para a Itália, que deem um *buongiorno* ao governador do Estado e que ele possa, deputado Mário Henrique Caixa, se manifestar sobre o porquê de ele mandar para esta Casa este projeto tão danoso num momento tão complicado.

E aí, deputado Noraldino, eu apresentei algumas emendas aqui porque o Fundo de Erradicação da Miséria é extremamente importante, mesmo sabendo que não está sendo utilizado para essa finalidade. Uma das minhas emendas, para solucionar o problema, estabelece: veículos de propriedade de locadoras que serão comercializados depois como bens supérfluos. É uma solução: é bem supérfluo veículo de locadora que será comercializado depois de seis meses de uso.

Mas quero parabenizar V. Exa. pelo posicionamento, por essa defesa veemente da causa animal. Concordamos plenamente com seu posicionamento de que nós não podemos considerar ração animal como bem supérfluo, sabedores que somos de que é uma causa tão nobre, tão justa e que cada dia mais cresce no nosso estado. Obrigado.

O deputado Noraldino Júnior – Muito obrigado pelas suas contribuições, deputado Professor Cleiton. Eu falo com bastante propriedade e tenho legitimidade para poder falar aqui, porque eu tenho sido base do governo faz quatro anos e meio. Eu não tenho problema de apoiar o governo; agora, apoiar o que é justo, apoiar o que é justo.

Professor Cleiton, V. Exa. trouxe aqui uma reflexão. Eu vou falar para V. Exa. com toda a tranquilidade e vou falar, assim, do fundo do coração, e não é porque eu estou usando a tribuna: eu não tenho certeza se o governador sabe que este projeto está aqui. Eu tenho minhas dúvidas quanto a se o governador sabe que este projeto está sendo votado. Eu não sei, eu não sei. Eu gostaria de saber porque eu queria que o governador me respondesse se ele acha que ração é supérfluo, se ele acha esse projeto justo, se ele acha que é importante aumentar, se é necessário, se ele acha que vai combater a miséria aumentando o imposto da ração.

Outra coisa: trouxeram para mim, no meu gabinete, estudos técnicos que demonstram que, com o aumento do valor da ração, o que vai ocasionar é uma diminuição da aquisição de produtos de ração.

Então, deputado Professor Cleiton, eu falo com V. Exa. não como crítica, mas, sim, como preocupação; preocupação mesmo. Eu não sei, não tenho certeza – e o que é mais grave – se o governador tem sequer ciência de que isso está sendo aprovado e apresentado nesta Casa. Mas tenho segurança que, com a mobilização das pessoas, dos cidadãos mineiros, dos cidadãos de todo o Brasil... Porque, se isso vira moda, daqui a pouco outros governadores estarão propondo considerar ração como supérfluo e aumentar o imposto para equiparar o imposto de Minas que vai ser um dos mais caros em relação à comida de animais.

Então fica aqui... Eu concordo com a sugestão do deputado Ulysses de pedir o encerramento, de plano, para que nós possamos dar continuidade na próxima reunião.

O deputado Ricardo Campos (em aparte) – Vou ser bem breve para cumprir o nosso cronograma.

Na verdade, presidenta Leninha, que ocupa a presidência da Mesa neste momento, deputado Caixa, deputado Noraldino e os demais colegas deputados e deputadas, eu quero aqui fazer um agradecimento à nossa declaração de voto ao Projeto de Lei nº 328, da nossa autoria. Esta Casa, hoje, possibilita um sonho de uma região tão importante para o Estado – a região de São João da Ponte, de Capitão Enéas, de Montes Claros –, que é a Estrada da Produção poder ser incluída, pela primeira vez, como condição orçamentária do Estado. Quer dizer, poder viabilizar uma obra de asfaltamento tão importante naquele trecho da Estrada da Produção, que, hoje, a aprovação, em 2º turno, do nosso projeto de lei permitiu. Agora caberá ao governador sancionar essa intenção desta Casa Legislativa de garantir recursos da outorga do pedágio da BR-135 – a concessão da 135 – para, assim, como estamos vendo hoje. A conclusão da obra tão importante de Montes Claros, do contorno rodoviário de Montes Claros, está sendo realizada com os recursos do contribuinte mineiro, em especial do Norte de Minas, que passa pelo pedágio da 135 diariamente. Podemos também ter, em breve, a tão sonhada obra da Estrada da Produção, oriunda com recursos orçamentários garantidos na lei aprovada, hoje, nesta Casa.

Nós agradecemos a todos os deputados e deputadas e contamos com o governador para que faça a sua parte agora e sancione a lei, a fim de, posteriormente, com o recurso da outorga da concessão da BR-135, poder realizar o sonho de muitos anos de toda a região. Nunca foi promessa! Foi um compromisso de luta. E, agora, o que não havia nem no papel vamos ter, que é essa tão sonhada obra concretizada com o apoio de todos os deputados. Muito obrigado, deputado Noraldino.

O deputado Noraldino Júnior – Muito obrigado, deputado. Eu solicito aí, conforme sugestão, o encerramento, de plano, desta reunião.

Encerramento

A presidenta – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 5/9/2023

Às 14h38min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leonídio Bouças, Roberto Andrade, Rodrigo Lopes, Sargento Rodrigues e Ulysses Gomes (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL), membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Duarte Bechir, Celinho Sintrocel, João Magalhães e Caporezzo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de Mensagem nº 105.381, recebida por meio do “Fale com as

Comissões”, da Sra. Gislaíne da Conceição Silva, sugerindo a utilização do FGTS depositado para custear estudos de nível superior de quem não se enquadra nas opções disponíveis (ex: Fies). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.075/2022, no 2º turno (deputada Beatriz Cerqueira); 315, 877 e 1.114, no 2º turno; Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 95/2023, no 1º turno (deputado Leonídio Bouças); Projetos de Lei nº 3.917/2022, no 1º turno (deputada Nayara Rocha); 2.667/2021, no 2º turno (deputado Professor Cleiton); 3.777/2022 e 497/2023, no 2º turno (deputado Roberto Andrade); 3.798/2022, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). O presidente designa a deputada Beatriz Cerqueira como relatora da visita ocorrida em 28/8/2023, ao Hospital Governador Israel Pinheiro. O deputado Ulysses Gomes se retira. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres pela aprovação: no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.783/2022 (relator: deputado Sargento Rodrigues) na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno; 3.777/2022 e 497/2023 (relator: deputado Roberto Andrade), registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira no último; 4.075/2022 (relatora: deputada Beatriz Cerqueira); e 877 e 1.114/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças), todos na forma do vencido em 1º turno; no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.196/2023 (relator: deputado Rodrigo Lopes) na forma do Substitutivo nº 2 (retirado o parecer apresentado anteriormente); 2.997/2021 e 3.798/2022 (relator: deputado Sargento Rodrigues), ambos na forma do Substitutivo nº 2. Os Projetos de Lei nºs 2.667/2021 e 3.917/2022 são retirados da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprirem pressupostos regimentais. Os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 35/2023 (1º turno) e os Projetos de Lei nºs 315/2023 (2º turno) e 95/2023 (1º turno) deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças, assim como o parecer do Projeto de Lei nº 426/2023 (1º turno), em virtude de prorrogação do prazo regimental do mesmo relator. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Registra-se a presença do deputado Luizinho (substituindo o deputado Professor Cleiton, por indicação da liderança do BDL). Os Requerimentos nºs 3.271 e 3.272/2023 têm sua votação adiada a requerimento do deputado Sargento Rodrigues. O deputado Luizinho se retira do recinto. Submetidos à votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.295, 3.302 e 3.383/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. O deputado Roberto Andrade retira-se do recinto. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: nºs 3.831, 3.847, 3.864 e 3.892/2023. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.917/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de providências para adotar, com urgência, medidas para o pronto restabelecimento do fornecimento de água para vários domicílios localizados no Beco Oliveira e no Beco Chapinha, próximos e a partir do nº 78 inclusive, na Cabana do Pai Tomás, em Belo Horizonte, onde inúmeras famílias, comércios e até uma creche que abriga várias crianças são afetados pela constante interrupção do fornecimento regular de água;

nº 3.991/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo – Segov –, à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede – e à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab Minas – pedido de providências para a destinação de parte do imposto recolhido a título de ICMS para projetos no setor de habitação do Estado, de modo a aumentar a eficiência e a produtividade dos projetos habitacionais realizados pela companhia;

nº 4.005/2023, do deputado Roberto Andrade, em que requer seja formulado voto de congratulações com a empresa HLH Assessoria e Consultoria pelo suporte contábil, assessoria e consultoria em gestão pública que possibilitaram que municípios mineiros fossem premiados no Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – Siconfi – da Secretaria do Tesouro Nacional – STN;

nº 4.008/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater e cobrar do governador do Estado proposta de recomposição salarial para os servidores públicos estaduais; e

nº 4.009/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública para apresentar os modelos de acordos formulados pela Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais – Cimos – do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG –, com efetiva participação das pessoas atingidas, para reparação de danos provocados por empresas mineradoras no Município de Itatiaiuçu e no Distrito de Gesteira, no Município de Barra Longa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023.

Leonídio Bouças, presidente – Roberto Andrade – Beatriz Cerqueira – Sargento Rodrigues – Professor Cleiton.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/9/2023

Às 11h8min, comparecem à reunião a deputada Chiara Biondini (substituindo o deputado Delegado Christiano Xavier, por indicação da liderança do Bloco Minas em Frente) e os deputados Sargento Rodrigues e Professor Cleiton (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do Democracia e Luta), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* encaminhados pelo canal “Fale com as Comissões”: dos Srs. Danilo Avelino da Silva, solicitando informações sobre o andamento dos Projetos de Lei Complementar nºs 64 e 65/2021, que tratam sobre o Estatuto e a Lei Orgânica da Polícia Civil, e indagando se há previsão para que eles voltem a pauta da Assembleia Legislativa em 2023; Geraldo, encaminhando seu inconformismo com a falta de recomposição salarial dos servidores da segurança pública e afirmando sua confiança nos deputados representantes da classe na Assembleia Legislativa; e Hebert Melquiades Soares, encaminhando sua insatisfação com o trabalho da Polícia Civil no Município de Ipatinga no que se refere aos processos de aquisição de Carteira Nacional de Habilitação, alegando haver muito atraso na prestação dos serviços. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Ministério dos Transportes (3/8/2023); da Polícia Militar de Minas Gerais (dois ofícios em 5/8/2023 e um ofício em 10/8/2023); da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (dois ofícios em 3/8/2023); da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (dois ofícios em 3/8/2023); e da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (dois ofícios em 3/8/2023 e um ofício em 10/8/2023). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 311/2023, no 2º turno, e 914/2023, em turno único (deputado Eduardo Azevedo); e Projetos de Lei nºs 78/2023, no 2º turno; 53 e 434/2023, no 1º turno (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 78/2023, na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Sargento Rodrigues); e, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.684/2022, na forma do Substitutivo nº 2, e 434/2023, na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Sargento Rodrigues). O Projeto de Lei nº 311/2023 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 914/2023 (relator: deputado Eduardo Azevedo), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.284, 3.289, 3.290, 3.317 e

3.378/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.888/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a 2ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Itajubá, na pessoa do delegado Alexandre Valentim Boari de Souza e dos investigadores Éverton Vieira de Moraes, Guilherme Pego de Andrade, Lucas Duarte Barbosa Machado, Thiago Cadeiras de Carvalho, Felipe Ribeiro da Silva, Valdeir Gomes da Silva, Rafael de Paula Metzger e Rodrigo Moraes Sobral pela competência e empenho nas investigações que culminaram na Operação Backstage, em 17 de agosto de 2023, em Itajubá e Piranguinho e nas cidades paulistas de São João da Boa Vista e São Paulo, quando foram cumpridos 14 mandados de prisão e 35 mandados de busca e apreensão, visando debelar uma organização criminosa voltada para crimes de tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, receptação, estelionato e falsificação de documentos.

nº 3.900/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares do Estado de Goiás pela atuação na operação, em 16/8/2023, na Vila Monticelli, em Goiânia (GO), que resultou na prisão de dois indivíduos e na apreensão de 38kg de cocaína, 42kg de material pulverizado branco, 5 recipientes com resquícios de drogas, 1 caderno de anotações, 2 aparelhos celulares, 1 veículo, 1 prensa de metal e 1 motor de liquidificador.

nº 3.901/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Ana Cláudia Veloso Magalhães, juíza de direito titular da Vara de Custódia, por conduzir de forma brilhante a audiência de custódia do Processo nº 5537967-49.2023.8.09.0051, em 16/8/2023, em Goiânia (GO), demonstrando firmeza em sua decisão ao homologar a prisão em flagrante delito de dois custodiados, que estavam com 38kg de cocaína, 42kg de material pulverizado branco, 5 recipientes com resquícios de drogas, 1 caderno de anotações, 2 aparelhos celulares, 1 veículo, 1 prensa de metal e 1 motor de liquidificador.

nº 3.912/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para notificar, com urgência, o Instituto Elo quanto à imediata suspensão dos editais para contratação de supervisor de segurança e diretor de segurança, bem como para a aplicação das penalidades contratuais devidas.

nº 3.913/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para assegurar que todas as unidades socioeducativas do Estado tenham o efetivo mínimo de agente de segurança socioeducativo necessário para evitar situações como a ocorrida no dia 24/7/2023, no Centro Socioeducativo Santa Helena, quando adolescentes agrediram monitores e realizaram atos de vandalismo.

nº 3.914/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para reavaliar o modelo de cogestão implantado, uma vez que o poder de polícia não pode ser terceirizado e as atribuições do cargo da carreira de agente de segurança socioeducativo têm natureza de atividade exclusiva de Estado.

nº 3.915/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para afastar o Sr. Wilson Alves Pereira Júnior da função de superintendente de Atendimento ao Adolescente, uma vez que a citada atividade possui atribuições de gerenciamento de recursos humanos e, enquanto atuava na direção da unidade de Uberaba, esse superintendente respondeu a processo criminal pelo crime de ameaça a um servidor, então seu subordinado.

nº 3.916/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que um dos critérios a serem observados em eventual remoção de agente de segurança socioeducativo seja o do mínimo impacto na vida social de sua família, buscando preservar o local de moradia e da escola dos filhos e a rotina dos familiares.

nº 3.919/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas a cumprir o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 15.302, de 10/8/2004, que estabelece: “As atribuições do cargo da carreira de que trata esta lei têm natureza de atividade exclusiva de Estado”; bem como para orientação de toda a equipe técnica da secretaria para que proceda ao cumprimento da referida lei.

nº 3.920/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que as atividades de vigilância, segurança, escolta, contenção, busca pessoal e em alojamentos e a direção de viaturas nos estabelecimentos de atendimento às medidas socioeducativas sejam realizadas exclusivamente por agentes de segurança socioeducativos, nos termos da Lei nº 15.302, de 10/8/2004.

nº 3.959/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de providências para que sejam instaladas, em caráter emergencial, uma unidade móvel da Polícia Militar, com a presença constante e permanente do efetivo policial por meio de patrulhamento ostensivo, e câmeras do programa Olho Vivo, nas imediações da Avenida dos Andradas e da Rua Barão de Cataguases, região central do Município de Juiz de Fora.

nº 3.969/2023, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de informações sobre as ações que estão sendo executadas ou planejadas com vistas a garantir o devido patrulhamento ostensivo por parte da Polícia Militar nas imediações da Avenida dos Andradas e da Rua Barão de Cataguases, região central do Município de Juiz de Fora.

nº 3.994/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para a garantia do fornecimento perene de equipamentos de proteção individual ao agente de segurança socioeducativo, com vistas a assegurar o bom exercício de suas atribuições e treinamento e a resguardar sua própria segurança e a da unidade de trabalho, tendo em vista denúncias sobre a falta de disponibilidade desses equipamentos para o agente zelar pela ordem, disciplina e segurança no interior dos centros de internação e também para intervir em situações de emergência que podem expor a riscos a integridade física e vida de servidores, tal como ocorreu no Centro Socioeducativo Santa Helena, em 24/7/2023.

nº 3.995/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para adotar as medidas cabíveis visando à apuração dos fatos relatados no Reds nº 2023-039778997-001, ocorridos nas dependências do Centro Socioeducativo Santa Clara, em Belo Horizonte, em 24/8/2023, quando monitores do Instituto Elo, em tese, praticando desvio de função, exercendo atividade típica do agente de segurança socioeducativo, flagraram nos pertences de um adolescente oito cigarros de substância semelhante a maconha.

nº 3.996/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre os modelos de funcionamento das unidades socioeducativas no Estado, especificando-se: quantas e quais funcionam sob gestão direta e quantas e quais funcionam sob gestão híbrida, em parceria com associações privadas sem fins lucrativos; se existe planejamento ou previsão de suspensão parcial ou total das atividades de unidades atualmente em funcionamento, indicando quais são elas e quando ocorrerá o encerramento do funcionamento; se existe planejamento ou previsão de substituição do modelo de gestão direta pelo modelo de gestão híbrida em unidades e vice-versa, indicando em quais unidades ocorrerá a modificação e quando ela se dará; e se existe planejamento ou previsão para a realocação de agentes de segurança socioeducativos lotados em unidades de gestão híbrida e também de gestão direta como decorrência de nova estratégia de gestão ou de suspensão parcial ou total de atividades em unidades ou de reforma em unidade ou de problemas relacionados à precariedade da infraestrutura da unidade ou, ainda, do atual superávit de vagas no sistema socioeducativo do Estado, indicando a quantidade de

agentes que serão remanejados, sua unidade de origem e a de destino após a transferência, devendo ser enviado a esta Casa estudo realizado pela Sejusp sobre os modelos de funcionamento da gestão híbrida do sistema socioeducativo.

nº 3.997/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências com vistas à criação do serviço de intendência nas unidades do sistema socioeducativo de maneira a permitir o acautelamento com segurança dos equipamentos dos agentes de segurança socioeducativos, inclusive armas de fogo, diante da informação de que existem cofres disponíveis nas unidades para esse fim e, sobretudo, considerando denúncias sobre o impedimento imposto aos agentes de ingressarem armados nos seus locais de trabalho, tendo por embasamento tão somente uma recomendação do Ministério Público de Minas Gerais.

nº 3.998/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada visita à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública para que sejam tratados, diretamente com o secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, assuntos relacionados ao sistema socioeducativo do Estado.

nº 3.999/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp – pedido de providências para que suas ações de manutenção da ordem, disciplina e segurança no interior dos centros de internação só aconteçam com a participação direta de agentes de segurança socioeducativos, em quantidade suficiente, considerando que o sistema socioeducativo integra a segurança pública no Estado e que cabem aos agentes, por força da Lei nº 15.302, de 2004, e de outras regulamentações, as atribuições relacionadas a vigilância, escolta, guarda patrimonial e garantia do cumprimento das medidas socioeducativas pelos adolescentes; e para que não seja permitido que monitores de centros socioeducativos vinculados a associações privadas exerçam atribuições típicas do agente de segurança socioeducativo, sob o risco de sua repercussão negativa no tocante ao bom funcionamento e à segurança das unidades.

nº 4.006/2023, da deputada Delegada Sheila, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis do 4º Departamento de Polícia Civil em Juiz de Fora pela excelente atuação na Operação Sepulcro, ação do Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro, que visa ao combate ao crime organizado, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro na Zona da Mata.

nº 4.037/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública e à subsecretária de Atendimento Socioeducativo da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o quantitativo de acautelados em todo o Estado, mês após mês, e dividido por unidade; o quantitativo de agentes de segurança socioeducativos de carreira lotados em cada unidade nos últimos três anos; e o quantitativo e o tipo de EPIs adquiridos, bem como o local de armazenamento e validade.

nº 4.046/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG – e ao Ministério Público de Minas Gerais – MPMG – pedido de providências para proceder à apuração dos graves crimes perpetrados contra a deputada estadual Chiara Biondini, praticados por Sulei Lisboa, ex-assessora da deputada estadual Macaé Evaristo, durante a Reunião Ordinária de Plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 31/8/2023, que se amoldam a diversos dispositivos da legislação nacional, como os delitos de injúria, calúnia e difamação e violência política de gênero.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, dia 6/9/23, às 14h15 min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023.

Sargento Rodrigues, presidente – Eduardo Azevedo – Adriano Alvarenga.

**ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 6/9/2023**

Às 16h9min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Leleco Pimentel e Charles Santos, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Lucas Lasmar. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leleco Pimentel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de mensagem do Sr. Rafael, enviado por meio do Fale com as Comissões, reclamando da falta de regularização fundiária em bairros de Diamantina e relatando que moradores estão vivendo em situação precária. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.668/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para, em conjunto com os órgãos públicos responsáveis, Ministério Público e entidades ligadas à preservação ambiental no Estado, no contexto do plano de contingência contra o rompimento de barragens no Rio das Velhas, discutir e tornar públicas as iniciativas em curso para garantir as condições de abastecimento de água nas regiões a serem afetadas, desde Ouro Preto até a parte baixa, ameaçadas pelo risco de rompimento de 67 barragens e diques de várias mineradoras que são ameaça a milhões de habitantes;

nº 3.669/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para, junto com a Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab-MG – e a Caixa Econômica Federal, debater o aprimoramento no controle social na retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, com vistas a não haver desvio de finalidade na venda de imóveis pelos possíveis beneficiários, além de discutir o contexto de violência no interior dos conjuntos habitacionais e o acompanhamento no pós-morar;

nº 3.750/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater o projeto de concessão de serviços de visitação no Parque Estadual do Rio Doce, considerando-se a insuficiência dos mecanismos de participação e a consulta popular propostos pelo governo do Estado e pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF;

nº 3.866/2023, do deputado Douglas Melo, em que requer seja encaminhado à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – Cohab – pedido de providências para que sejam efetuadas as ações necessárias na Caixa Econômica Federal visando à renegociação de débitos vencidos de beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida, do Residencial Lagoa Grande II, situado no Município de Sete Lagoas;

nº 3.878/2023, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja formulada manifestação de repúdio à intolerância religiosa sofrida pelos Reinados de Congado do Município de Itaúna, pela rede social, por ocasião da celebração da festa de Nossa Senhora do Rosário;

nº 3.923/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Porteirinha pedido de informações acerca do atual estágio de habilitação da unidade adicional de oncologia clínica na Santa Casa e Hospital São Vicente de Paulo de Porteirinha, conforme convênio celebrado nos termos da Lei Municipal nº 1.435, de 20 de dezembro de 2005, bem como acerca da data de inauguração e início das atividades da referida unidade de saúde;

nº 3.933/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública para debater a proposta de expansão da lavra de minério de ferro no complexo Casa de Pedra, em Congonhas, pela CSN Mineração, vinculada à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN;

nº 3.940/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a situação do trecho rodoviário que liga o Município de São Geraldo do Baixio ao Distrito de Floresta, no Município de Central de Minas;

nº 3.941/2023, da deputada Alê Portela, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura – Seinfra – e à 23ª Unidade Regional do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG –, em Governador Valadares, pedido de informações sobre a situação do trecho rodoviário que liga o Município de São Geraldo do Baixo ao Distrito de Floresta, no Município de Central de Minas, por se tratar de uma importante via de trânsito ainda não pavimentada e fundamental para mais de 15 municípios da região;

nº 4.007/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado ao prefeito de Divinópolis pedido de informações acerca da efetivação do crédito decorrente das emendas abaixo discriminadas, as quais foram anunciadas em favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Itapeçerica – Cisvi: R\$200.000,00 – senador Antônio Anastasia; R\$500.000,00 – deputado federal Newton Cardoso Jr.; R\$400.000,00 – deputado federal Júlio Delgado; R\$300.000,00 – deputado federal Domingos Sávio; R\$700.000,00 e R\$200.000,00 – senador Cleitinho;

nº 4.020/2023, do deputado Leleco Pimentel, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Congonhas, para debater a proposta de expansão da lavra de minério de ferro no complexo Casa de Pedra, em Congonhas, pela CSN Mineração, vinculada à Companhia Siderúrgica Nacional.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2023.

Cristiano Silveira, presidente – Leleco Pimentel – Dr. Maurício.

ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2023

Às 10h13min, comparecem à reunião os deputados Professor Cleiton e Leleco Pimentel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Cleiton, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a situação dos servidores da Fundação de Arte de Ouro Preto – Faop. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Andreia Pereira de Miranda e Janaína Evangelista Lopes da Silva, professoras de Arte e Restauro da Faop; Gabriela Rangel, diretora da Escola de Arte Rodrigo Melo Franco de Andrade, representando o presidente da Faop; e Helga Beatriz Gonçalves de Almeida, assessora-chefe de Relações Sindicais da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – representando subsecretária de Gestão de Pessoas da Seplag; e os Srs. Geraldo Antônio Henrique da Conceição, diretor-coordenador do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público do Estado de Minas Gerais – Sindipúblicos-MG; Marquinho Aniceto e Antônio de Araújo, professores de Arte e Restauro da Faop; e Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, prefeito municipal de Ouro Preto. A presidência concede a palavra ao deputado Leleco Pimentel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2023.

Professor Cleiton, presidente – Macaé Evaristo – Lohanna.

ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2023

Às 11h10min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira (substituindo o deputado Marquinho Lemos, por indicação da liderança do BDL) e os deputados Zé Guilherme, Doorgal Andrada, João Magalhães, Cássio Soares, Professor Cleiton, Thiago Cota, Ulysses Gomes membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Arnaldo Silva e o deputado Noraldino Jr. Havendo número regimental, o presidente, deputado Zé Guilherme, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Zé Guilherme, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.295/2023, no 1º turno, são apresentadas oito propostas de emenda. Submetido a votação, é aprovado o parecer, com votos contrários da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton. Submetidas a votação, são rejeitadas as propostas de emenda nºs 2 a 7, com voto favorável da deputada Beatriz Cerqueira e deputado Professor Cleiton. Submetida a votação, é rejeitada a proposta de emenda nº 1, com voto favorável da deputada Beatriz Cerqueira e do deputado Professor Cleiton. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 8, com voto favorável da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Professor Cleiton e Doorgal Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023.

Zé Guilherme, presidente – Rafael Martins – Luizinho – Thiago Cota.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2023

Às 14h40min, comparecem à reunião a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Leonídio Bouças, Professor Cleiton e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento, no 1º turno, das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 4.001/2022, (Leonídio Bouças), 3.958/2022 (Nayara Rocha), 353 e 1.055/2023 (Roberto Andrade) e 3.684/2022 (Rodrigo Lopes). A seguir, determina a publicação e o encaminhamento à Mesa da Assembleia, nos termos do art. 9º da Deliberação nº 2705, de 2019, do Relatório Final da Reunião do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas – 1º Ciclo de 2023, realizada em 29/6/2023, acerca da gestão da Secretaria de Estado de Comunicação Social e da Empresa Mineira de Comunicação. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Registra-se a presença das deputadas Nayara Rocha e Chiara Biondini (substituindo o deputado Rodrigo Lopes, por indicação da liderança do BMM) e do deputado Roberto Andrade. Estão presentes, também, os deputados Duarte Bechir, João Magalhães e João Junior. A deputada Chiara Biondini retira-se e é substituída pelo deputado Grego da Fundação (substituindo o deputado Rodrigo Lopes, por indicação da liderança do BMM). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.667/2021 (relator: deputado Professor Cleiton) e 315/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças), ambos na forma do vencido no 1º turno; no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 3.917 e 3.958/2022 (relatora: deputada Nayara Rocha); 4.001/2022 (relator: deputado Leonídio Bouças) e 353/2023 (relator: deputado Roberto Andrade), todos na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça, registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira neste último;

e 426/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças) na forma do Substitutivo nº 2; e pela rejeição da Emenda nº 1 apresentada em Plenário ao Projeto de Lei nº 95/2023, no 1º turno (relator: deputado Leonídio Bouças), registrando-se o voto em branco da deputada Beatriz Cerqueira. O parecer pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 35/2023 (relator: deputado Leonídio Bouças) tem sua discussão adiada a requerimento da deputada Beatriz Cerqueira. O Projeto de Lei nº 3.684/2022 é retirado da pauta por determinação do presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Roberto Andrade, que conclui pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.055/2023, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista da deputada Nayara Rocha. O deputado Grego retira-se. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.917, 3.991, 4.005, 4.008 e 4.009/2023. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.053/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer seja realizado debate público sobre a regulamentação e a aplicação da nova lei de licitações e contratos administrativos – Lei Federal nº 14.133, de 2021 – e os desafios para a administração pública da publicação dessa norma;

nº 4.095/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para conhecer e debater o Plano de Recuperação Fiscal encaminhado pelo Poder Executivo à Secretaria do Tesouro Nacional, em 31/5/2023, para a qual seja convocado o secretário de Estado de Fazenda.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 12/9/2023

Às 15h13min, comparecem à reunião os deputados Thiago Cota, Celinho Sintrocel e Tito Torres (substituindo o deputado Charles Santos, por indicação da liderança do BMF), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Thiago Cota, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (dois ofícios em 18/8/2023); do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (um ofício em 4/8/2023); e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (um ofício em 19/8/2023). Comunica também o recebimento de *e-mails*, enviados pelo Fale com as Comissões, da Sra. Marília Siqueira, professora e moradora de Santa Bárbara do Leste, solicitando providências junto à empresa EcoRioMinas para que os moradores do município sejam isentados da tarifa de pedágio, a exemplo do que ocorre em Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro; e dos Srs. Ednaldo, morador de São Joaquim de Bicas, solicitando o asfaltamento das ruas do município; Lucas Pires de Carvalho, solicitando providências em relação aos ônibus do transporte público de Contagem, por estarem sujos e sem condições de uso; Emerson Rodrigues da Silva, denunciando e solicitando providências em relação às más condições de transporte ofertadas aos servidores das unidades prisionais Bicas 1, Bicas 2 e Jason; e Igor Soares Pereira, solicitando a realização de audiência pública com o DER-MG e a Seinfra para debater o impacto da condição das estradas do Vale do Jequitinhonha na vida dos produtores rurais e dos cidadãos que trafegam pela região, especialmente das rodovias LMG-678, MG-214 e MG-211, ainda não pavimentadas. Registra-se a presença do deputado Ricardo Campos. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 445/2023, no 1º turno (Celinho Sintrocel), 440/2019, no 1º turno (Charles Santos), e 328, no 2º turno, e 422/2023, em turno único

(Maria Clara Marra). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres: pela aprovação na forma original, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 328/2023 (relator: deputado Celinho Sintrocel, em virtude de redistribuição); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.706/2022 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Celinho Sintrocel). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 3.875/2022, na forma do Substitutivo nº 1, 3.050/2021 e 422/2023 (relatora: deputada Maria Clara Marra) e 3.981/2022 (relator: deputado Celinho Sintrocel), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.384 e 3.401/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.683/2023. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 4.019/2023, do deputado Thiago Cota, em que requer seja encaminhado à Vale S.A. pedido de informações sobre a estrada de ferro Vitória-Minas, especificando: qual a capacidade de transporte de minério de ferro no ramal ferroviário localizado na região de Mariana e Ouro Preto; qual a capacidade de transporte de cargas em geral (excluído minério de ferro) no referido ramal; qual volume dessa capacidade de transporte foi utilizado no ano de 2023, com detalhamento mês a mês; qual o histórico de volume de transporte de minério de ferro nesse ramal, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês; qual o histórico de volume de transporte de cargas em geral (excluído minério de ferro) nesse ramal, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês; qual o volume de capacidade de carregamento de minério de ferro no Porto de Tubarão, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês; e qual o volume de capacidade de carregamento de minério de ferro nos terminais ferroviários localizados na região de Mariana, Ouro Preto, Itabirito e Catas Altas, nos últimos 10 anos, com detalhamento mês a mês e por terminal. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.935/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit – e ao diretor-geral desse departamento pedido de informações sobre o deslizamento de rochas ocorrido há mais de dois anos na BR-381, em trecho localizado no Distrito de Cachoeira do Vale, em Timóteo, nos seguintes termos: previsão para a aprovação do projeto de engenharia e subsequente licitação; organograma detalhado, com todas as etapas envolvidas na solução do problema; estabelecimento de datas para cada fase do processo, desde a aprovação do projeto até a conclusão das obras; detalhamento dos procedimentos previstos para retirada das rochas e realização das intervenções necessárias; e definição do prazo estimado para a ação efetiva que culminará na resolução definitiva do problema;

nº 4.036/2023, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – Dnit – e à Superintendência Regional do Dnit no Estado pedido de providências para a instalação de redutores de velocidade no Km 675 da BR-040, entrada do acesso ao Distrito de Hermilo Alves, no Município de Carandaí;

nº 4.049/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater assuntos atinentes a obras públicas e seus impactos no Anel Rodoviário de Belo Horizonte;

nº 4.062/2023, do deputado Lucas Lasmар, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Cordisburgo para debater o impacto econômico e social para o referido município das obras referentes ao novo desvio da Rodovia LMG-754;

nº 4.068/2023, do deputado Gil Pereira, em que requer seja encaminhado à Subsecretaria de Obras e Infraestrutura da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias – Seinfra – pedido de providências para que seja realizado o asfaltamento da estrada que liga o Município de Itacambira (MG-308) ao Distrito de Caçaritiba, no Município de Turmalina (MG-367).

A presidência, nos termos do art. 173 do Regimento Interno, deixa de receber o Requerimento nº 4.059/2023, da deputada Maria Clara Marra, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a pavimentação da Rodovia MG-326, entre Alvinópolis e Catas Altas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023.

Lucas Lasmar, presidente.

ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/9/2023

Às 10h13min, comparecem à reunião as deputadas Ione Pinheiro e Bella Gonçalves e o deputado Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Grego da Fundação. Havendo número regimental, a presidente, deputada Ione Pinheiro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Instituto Estadual de Florestas, encaminhando resposta ao Requerimento em Comissão nº 10.773/2022. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o Requerimento nº 2.715/2023. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.924/2023, da deputada Lohanna, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que seja realizada ação de fiscalização na Fábrica de Cimentos Soecom, em Vespasiano, tendo em vista inúmeras reclamações de poluição relacionadas à referida empresa, o que tem gerado prejuízos incalculáveis à saúde das comunidades no entorno; e seja encaminhada cópia do processo administrativo e do laudo da visita *in loco*, no caso de essa ação já ter sido efetuada;

nº 3.932/2023, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para que, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, seja investigado possível derramamento de óleo ou de produtos químicos semelhantes na Barragem Santa Lúcia, entre os Bairros São Bento e Luxemburgo, o que teria causado grande poluição na água e dificultado a sobrevivência de peixes; e seja dado conhecimento da situação da referida barragem à Secretaria de Estado de Meio Ambiente;

nº 4.054/2023, da deputada Ione Pinheiro, em que requer seja realizada audiência pública, no Município de Ibirité, para apresentação do cronograma de obras e planos de ações a serem realizados nos próximos cinco anos pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – e pela Petrobras S.A., referente a limpeza e melhorias da qualidade da água da Lagoa da Petrobras;

nº 4.099/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Igarapé para debater a importância da preservação da Pedra Grande, localizada entre os Municípios de Igarapé, Itatiaiuçu e Mateus Leme, e de seu entorno, como bem natural e cultural essencial para o equilíbrio ecológico da Serra Azul e região, bem como os riscos de insegurança hídrica para a população, caso a atividade minerária se instale nas proximidades da Pedra Grande;

nº 4.104/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada visita ao Monumento Natural Estadual Serra da Moeda – Mona –, no Município de Moeda, para verificar as condições e os instrumentos existentes para garantia da preservação desse monumento;

nº 4.105/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Beatriz Cerqueira, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a necessidade de instrumentos efetivos que garantam a preservação do Monumento Natural Estadual Serra da Moeda – Mona;

nº 4.108/2023, da deputada Bella Gonçalves, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância do Cerrado mineiro e as políticas públicas de preservação desse bioma;

nº 4.109/2023, das deputadas Bella Gonçalves e Lohanna, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – para debater soluções para a reestruturação e a efetivação do plano de carreira dos servidores do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, 14/9/2023, às 10 horas, e para a próxima ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2023.

Tito Torres, presidente – Ione Pinheiro.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/9/2023

Às 14h10min, comparecem à reunião a deputada Maria Clara Marra e os deputados Adriano Alvarenga, Douglas Melo, Eduardo Azevedo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Adriano Alvarenga, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater a lesividade aos consumidores em decorrência da suspensão dos pacotes e da emissão de passagens da linha promocional pela empresa 123 Milhas. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Marina Bicalho Lima, assessora jurídica do Procon Assembleia – Espaço Cidadania, representando o coordenador-geral; Elyenni Celida da Silva, delegada da Polícia Civil; e Luciana Atheniense, da Comissão de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais – OAB-MG; e os Srs. Lucas Anastasia Maciel, sócio da Anastasia Sociedade Individual de Advocacia; Thiago Augusto de Freitas, presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-MG; Robson Pereira de Freitas, gestor de Operações, Segurança e Emergências da BH Airport, representando o diretor Administrativo-Financeiro da BH Airport; Guilherme Matta Pinheiro de Azevedo, investigador de polícia; e Paulo César Azevedo de Almeida, coordenador da Coordenadoria Estratégica de Tutela Coletiva. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2023.

Adriano Alvarenga, presidente – Elismar Prado – Eduardo Azevedo – Maria Clara Mara.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Clara Marra e os deputados Celinho Sintrocel, Charles Santos e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/9/2023, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a necessidade da pavimentação asfáltica da MG-308, no trecho entre o entroncamento de Turmalina e o Município de Itacambira.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2023.

Thiago Cota, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Macaé Evaristo e Lohanna e os deputados Coronel Sandro e Professor Wendel Mesquita, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/9/2023, às 10 horas, à Advocacia-Geral do Estado, com a finalidade de tratar do cumprimento do acordo de greve da Unimontes e da Uemg, que tem as seguintes etapas: incorporação da Gratificação de Desempenho da Carreira de Professor de Educação Superior e Gratificação de Incentivo a Docência (pó de giz); aumento do percentual das dedicações exclusivas para 50%; e implementação da nova estrutura de carreira, além do pagamento das dedicações exclusivas pendentes desde 2016.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2023.

Beatriz Cerqueira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Visita da Comissão de Desenvolvimento Econômico**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Vitório Júnior, Fábio Avelar e Oscar Teixeira, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 18/9/2023, às 15 horas, na Secretaria de Estado de Fazenda, com a finalidade de conhecer o planejamento da secretaria em relação à economia mineira e as possibilidades e os desafios para o desenvolvimento das cadeias produtivas da viticultura e da vinicultura no Estado.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2023.

Roberto Andrade, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Acompanhamento do Acordo de Mariana**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Carlos Henrique, Cássio Soares e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 19/9/2023, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2023.

Ulysses Gomes, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 535/2023****Comissão de Saúde****Relatório**

De autoria da deputada Chiara Biondini, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Ágape – Vida e Cidadania, com sede no Município de Itabira.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Saúde. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise visa declarar de utilidade pública o Instituto Ágape – Vida e Cidadania, com sede no Município de Itabira, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e de caráter beneficente.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o estatuto, a entidade busca apoiar pessoas no pré-operatório e pós-operatório de cirurgias, apoiar famílias que convivem com dependentes químicos, apoiar pessoas com mobilidade reduzida, transportar pacientes para consultas e ser um centro social de apoio à vida.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo Instituto Ágape – Vida e Cidadania, consideramos meritória a iniciativa de outorgar-lhe o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 535/2023, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 12 de setembro de 2023.

Doutor Wilson Batista, relator.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 12/9/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Alessandra Moreira da Costa, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Ana Cláudia Rodrigues Batista, padrão VL-9, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Thiago Cota;

nomeando Edmar Martins Cabral da Cruz, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Celinho Sintrocel;

nomeando Sarah Gontijo Resende, padrão VL-33, 6 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.



ERRATA

ATA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 13/9/2023

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/9/2023, na pág. 59, sob o título “Requerimentos”, após o resumo do Requerimento nº 3.629/2023, acrescente-se o seguinte despacho:

“(– À Mesa da Assembleia.)”.